

DIÁLOGO DE COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA

A Centralidade da Agricultura Familiar em Contextos Históricos Distintos

Carlos Eduardo de Souza Leite¹

No ano de 2001, no calor e no espírito do Fórum Social Mundial de que “Um Outro Mundo é Possível”, foram organizados os primeiros contatos de um programa de cooperação não governamental entre associações francesas e brasileiras. A idéia se desenvolveu e, em 2003, foi criada a Cooperação ABONG / Coordination SUD, que tinha como base os eixos Rural, Urbano, o da Economia Solidária e o das Relações Internacionais. Para cada um deles foram criados grupos de trabalho, tanto no Brasil como na França.

Com uma visão crítica à globalização, que insidiosa de forma ofensiva sobre os mercados e agriculturas dos países, o Eixo Rural, animado no Brasil, primeiro pelo SASOP (BA) e depois pelo CETAP (RS), tinha como objetivo promover reflexões a partir de intercâmbios de idéias e experiências concretas. A proposta era aprofundar uma compreensão compartilhada sobre os modelos sustentáveis de agricultura, particularmente, o da Agricultura Familiar, as políticas agrícolas nacionais e internacionais e promover uma articulação entre os acúmulos e estratégias quanto ao enfrentamento para barrar a liberação dos Transgênicos no Brasil. Diferentemente daquele período, algumas batalhas foram perdidas, mas a Campanha por um Brasil livre de transgênicos continua ativa e propositiva.

O esforço inicial se concentrou na mobilização de atores coletivos interessados em participar da iniciativa de modo a se integrar aos espaços de reflexão e de intercâmbio de experiências. No Brasil, pela natureza das organizações que animaram o Eixo Rural, o campo prioritário de articulação foi o agroecológico. Estimulou-se a participação de redes e articulações regionais como a Ecovida, no Sul, e entidades ligadas à Articulação Semiárido, no Nordeste. Como positivo, cita-se a inserção da FETRAF Brasil e do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Diante de contextos históricos distintos, as definições de prioridades entre os países para o diálogo de cooperação esbarrou em interesses específicos de cada País. Aqui no Brasil, por conta do histórico de exclusão social em que se desenvolveu a Agricultura Familiar e da ausência de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar da população, o debate sobre o Direito Humano à Alimentação e a Soberania Alimentar dos povos foi e continua sendo prioridade.

Na França, a preocupação estava mais voltada para os acordos comerciais em pauta na Organização Mundial do Comércio (OMC). A agricultura familiar na Europa se desenvolve com fortes subsídios, participa e depende dos mercados e não enfrenta tantos problemas de exclusão social como acontece no Brasil.

A visibilidade pública foi um dos grandes desafios desta Cooperação. Até que ponto nossas críticas e denúncias foram ouvidas pelo poderes públicos nacionais? O aprendizado foi imenso, mas as influências no âmbito da cooperação internacional e dos governos foram limitadas.

¹ Carlos Eduardo é Engenheiro Agrônomo, Coordenador Geral do SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (BA) e integrante dos Conselhos Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ainda assim, a participação de agricultores familiares e movimentos sociais nos momentos de intercâmbios, seminários e discussões contribuiu para um diálogo mais horizontal sobre as realidades, explicitando as diferenças entre os países e identificando caminhos viáveis para um modelo de agricultura que contemple a soberania e segurança alimentar, a sustentabilidade econômica e ecológica da produção e estimule mercados locais a partir da lógica dos consumidores.